

ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
JOSÉ ROBERTO MELLO PORTO

**INCIDENTE DE ASSUNÇÃO
DE COMPETÊNCIA**

Prefácio do
Ministro LUIZ FUX

Apresentação do
Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO



Rio de Janeiro
2020

1ª Edição – 2020

© Copyright

Aluisio Gonçalves de Castro Mendes
José Roberto Mello Porto

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
 Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M49i

Mendes, Aluisio Gonçalves de Castro

Incidente de assunção de competência / Aluisio Gonçalves de Castro
 Mendes, José Roberto Mello Porto. - 1. ed. - Rio de Janeiro: GZ, 2020.
 182 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice
 ISBN 978-85-9524-072-8

1. Direito processual civil - Brasil. I. Porto, José Roberto Mello. II. Título.

19-60882

CDU: 347.9(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela

GZ EDITORA

Av. Erasmo Braga, 299 – sala 202
 CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ
 Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511
 contato@editoragz.com.br
 www.editoragz.com.br

Impresso no Brasil
 Printed in Brazil

11.3.12

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	VII
<i>Apresentação</i>	IX
<i>Sobre os autores</i>	XI

Capítulo 1

TÉCNICA DE FIXAÇÃO DE TESES JURÍDICAS OU DE JULGAMENTO DE QUESTÕES COMUNS

1.1. Instrumentos	1
1.2. Funcionamento	4
1.3. Finalidades.....	6

Capítulo 2

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

2.1. Decreto nº 16.273/1923.....	11
2.2. Lei nº 319/1936	13
2.3. Código de Processo Civil de 1939 (Decreto-Lei nº 1.608/1939)	14
2.4. Código de Processo Civil de 1973: incidente de uniformização de jurisprudência.....	15
2.5. Código de Processo Civil de 1973 (reformado pela Lei nº 10.352/2001): incidente de relevante questão de direito ou de assunção de competência	19
2.6. Regimento interno do Superior Tribunal de Justiça: remessa à Corte Especial ou à Seção Especializada	21

Capítulo 3

NATUREZA JURÍDICA

3.1. Critério formal	25
3.2. Critério material	29

Capítulo 4

COMPETÊNCIA

.....	33
-------	----

Capítulo 5

LEGITIMIDADE

5.1. Legitimidade do relator (e do órgão colegiado)	39
5.2. Legitimidade das partes	40
5.3. Legitimidade do Ministério Público e da Defensoria Pública	42
5.3.1. Intervenção nos incidentes	45
5.4. Legitimidade do juiz	47

Capítulo 6

CABIMENTO

6.1. Primeiro requisito positivo: relevante questão de direito	51
6.1.1. Questão de direito	51
6.1.2. Relevância da questão	54
6.1.2.1. Relevância por repercussão social	55
6.1.2.2. Relevância por divergência de decisões	58
6.2. Segundo requisito positivo: interesse público	62
6.3. Terceiro requisito positivo: existência de processo em curso	64
6.4. Requisito negativo: não cabimento do IRDR	68
6.4.1. Fungibilidade	72

Capítulo 7

PROCEDIMENTO

7.1. Instauração	77
7.1.1. Registro nos sistemas eletrônicos	78
7.1.2. Dispensa de custas	80
7.2. Decisão de admissão	81
7.3. Decisão de afetação	84
7.3.1. Escolha de casos paradigmas	86
7.3.2. Identificar a questão controvertida	88
7.3.3. Prevenção do relator/órgão colegiado	91
7.3.4. Suspensão das ações em curso	92
7.3.5. Requisição de informações e de processos	93
7.3.6. Intimação do Ministério Público e da Defensoria Pública	95
7.3.7. Fixação de tese provisória	96
7.4. Instrução	97

7.4.1. Ampliação objetiva: requisição de informações	98
7.4.2. Ampliação subjetiva: intervenção de sujeitos e audiência pública.....	98
7.4.3. Procedimento	101
7.4.4. Sessão de julgamento e sustentação oral	102
7.5. Julgamento	103
7.5.1. Prazo	103
7.5.2. Etapas (momentos).....	104
7.5.2.1. Etapa essencial: fixação da tese.....	105
7.5.2.2. Etapa acessória: aplicação da tese	109
7.6. Eficácia da tese	110
7.6.1. Aplicação imediata: eficácia atual, contemporânea ou panprocessual	110
7.6.2. Aplicação aos casos futuros: eficácia prospectiva, futura ou atemporal.....	116
7.6.3. Limitação territorial	133

Capítulo 8 RECURSOS

8.1. Embargos de declaração.....	135
8.2. Recursos extraordinários	135
8.3. Legitimidade	142

Capítulo 9 REVISÃO DA TESE JURÍDICA

.....	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149